

Memória de Reunião – Agência PCJ

Data: 23.04.2018

Participantes: (ver listas de presença)

Síntese da Discussão:

Letícia Trombeta, coordenadora do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Aglomeração Urbana de Piracicaba (PDUI-AUP) iniciou a reunião fazendo uma breve apresentação do PDUI e das etapas e produtos realizados até o momento. Mostrou também a Plataforma Digital, destacando o espaço para envio das propostas. Em seguida, ressaltou que o intuito da reunião era identificar como a Agência PCJ poderia participar do PDUI e contribuir com o mesmo.

Maria Eugênia Martins indagou se a área rural também estava inclusa no plano e Letícia respondeu que, apesar do plano apresentar apenas o termo urbano no nome, ele engloba o recorte inteiro da região, ou seja, as áreas urbanas e rurais. Maria Eugênia ressaltou que, para os próprios projetos da Agência, a questão de supremacia do município sobre o território costuma gerar problemas quanto à questão de classificação das áreas e Letícia ressaltou que o macrozoneamento no PDUI tenta corrigir os conflitos e inconsistências dos Planos Diretores.

Rafael Nunes perguntou qual seria a hierarquia dos planos e Letícia esclareceu que o PDUI será orientativo para os Planos Diretores municipais, pois, ao mesmo tempo que os Planos Diretores têm que se adaptar ao macrozoneamento, os municípios continuam tendo sua soberania, o que gera problemas. Maria Cláudia Lima ressaltou ainda que o PDUI-AUP sofre com a baixa participação dos municípios, pois apenas 4 dos 23 estão participando ativamente do grupo de Macrozoneamento; assim, é necessário achar uma forma de incentivar o envolvimento dos demais neste trabalho.

Elaine de Campos questionou como estão os demais planos da área coberta pelo PCJ – Regiões Metropolitanas de Campinas e Sorocaba e Aglomeração Urbana de Jundiaí – e Letícia esclareceu que faria um relato aos coordenadores destes outros PDUIs para que eles também possam fazer a integração com a Agência. Foi indagado ainda como se procede com os municípios que têm menos de 20 mil habitantes e, portanto, não são obrigados a fazer o Plano Diretor. Letícia ressaltou que esses municípios também devem participar da elaboração do PDUI, porque, futuramente, se forem fazer o seu Plano Diretor, terão que se adaptar ao que foi determinado no PDUI.

Marina Barbosa perguntou onde se realizam as reuniões da Comissão Técnica e Letícia respondeu que todas aconteceram em Piracicaba. Maria Cláudia ressaltou que as reuniões dos Grupos de Trabalho estão acontecendo de forma virtual, sendo um polo em São Paulo e outro em algum município da Aglomeração, que, nas duas reuniões realizadas até agora, foi em Limeira.

Fábio Coca indagou se as APRMs estão sendo contempladas no plano. Letícia respondeu que sim e que a APRM tem sido uma base de início dos trabalhos, de forma a evitar conflitos. Eduardo indagou se entram as APRMs com lei específica e a coordenadora esclareceu que entram todas, as com lei específica e também as sem lei.

Patrícia Barifaldi explicou que, como o recorte da área de atuação da Agência não coincide com as unidades regionais, a questão dos aglomerados não é incorporada nos seus trabalhos, porque há municípios que não fazem parte da Bacia.

Marina perguntou se a Agencamp participa da Comissão Técnica do PDUI-AUP e Letícia esclareceu a Agencamp está responsável pelo PDUI da Região Metropolitana de Campinas, que contratou a Emplasa para a realização de uma parte do trabalho. Patrícia pediu explicações de como foram determinados os municípios que fazem parte da AUP e Letícia respondeu que foram realizados estudos técnicos e trabalhos de campo, mas que também há questões políticas envolvidas nessas escolhas.

Marina indagou sobre o cronograma de execução do plano. Letícia apresentou o cronograma antigo, esclarecendo que um novo cronograma seria apresentado à Comissão Técnica em reunião neste mesmo dia, em função da necessidade de alteração por causa do impedimento de realização das audiências públicas durante o período eleitoral. A coordenadora aproveitou para reforçar a importância da participação da Agência no PDUI, seja no trabalho técnico, seja na mobilização dos parceiros. Marina questionou como seria essa participação, se deveriam enviar representantes aos grupos de trabalho, e qual a periodicidade dos grupos. Letícia confirmou que inicialmente a participação seria nos grupos e que as reuniões têm acontecido mensalmente, por demanda da Comissão Técnica.

Patrícia ressaltou que o trabalho da Agência é pautado no Plano de Bacias, o que, em certa medida, pode contradizer o que for determinado no PDUI. Neste sentido, acredita que seria mais viável o PDUI incorporar as questões já apontadas no Plano de Bacias. Letícia destacou que o objetivo é mesmo o de incorporar no PDUI o que já existe, mas, para isso, é necessário que representantes levem essas questões aos grupos de trabalho para serem discutidas.

Eduardo Leo sugeriu que se pensasse numa espécie de uniformidade com os planos de Campinas e Jundiaí. Acredita que a contribuição do Comitê, como instância decisória, seria mais relevante, já que a Agência é responsável pelos estudos técnicos. o Comitê poderia, inclusive, atuar como meio de mobilização para o PDUI. Indagou como são considerados os fatores limitantes no Macrozoneamento, por exemplo, quanto às questões hídricas, obras feitas fora do Aglomerado poderiam garantir a segurança hídrica da região.

Questionou ainda sobre as fontes de recurso para execução do plano e Maria Cláudia esclareceu que o Fundo Metropolitano foi vetado no Estatuto da Metrôpole, o que gera um obstáculo para a execução do plano. Eduardo acredita que o PDUI e o Plano de Bacias sofrem com o mesmo problema, de estabelecer promessas contando com que outros as cumpram. Maria Cláudia disse que, do seu ponto de vista, a participação das secretarias estaduais seria muito importante, para aproveitar os programas já existentes e adapta-los para as questões metropolitanas, já que as secretarias possuem dotação orçamentária própria. Carla Parente esclareceu que a questão do Fundo Metropolitano ainda pode ser revista pela medida provisória.

Eduardo esclareceu também que o Plano de Bacias está em atualização e que o processo de planejamento provavelmente não terminará até o fim do ano/começo do ano que vem. Tem dificuldade em enxergar a interação entre os planos, pois a Agência trabalha com legislação e instrumentos de gestão de recursos hídricos e não de bacias, mas tem feito um esforço de aproximação à gestão de bacias. Já a gestão do território é uma lacuna, devido à questão da autonomia dos municípios. No que tange o PDUI, acha que a maior contribuição da Agência seria na questão de recursos hídricos; por exemplo, não se pode falar em desenvolvimento econômico dos municípios da região sem a devida infraestrutura. Existe ainda a questão das áreas de proteção aos mananciais que devem ser consideradas com muito cuidado.

Patrícia reforçou que a Agência não tem governança sobre o uso e ocupação do solo, mas que tem sensibilizado os municípios quanto à questão ambiental, e alguns têm respondido, criando zonas especiais. Estão tentando contornar o problema por meio de políticas estabelecidas pelo Comitê PCJ. Questionou

como a Emplasa enxerga a participação no PDUI. Letícia respondeu que a questão chave é integrar, ou seja, trazer para as discussões do PDUI pessoas que entendem do Plano de Bacias.

Eduardo enxerga dois eixos de discussão; primeiro, identificar e trabalhar de maneira conjunta as áreas de mananciais, bacias de contribuição e áreas que precisam ser protegidas, com foco no abastecimento público. Segundo, a infraestrutura de saneamento e a disponibilidade de água serem consideradas como fatores limitantes no macrozoneamento. Disse ainda que o Comitê pode oferecer apoio de governança, enviando ofício falando sobre o PDUI ou ainda uma apresentação numa Câmara Técnica.

Para Letícia, de imediato, o ideal seria contar com representantes da Agência, dos Comitês ou das Câmaras Técnicas nos grupos de trabalho, para levar as pautas de discussão bastante técnicas e aprofundadas. Maria Cláudia informou que as próximas reuniões dos grupos de trabalho acontecerão nos dias 9, 10 e 11 de maio. Ressaltou que a participação nos grupos realmente preocupa e que não se sabe ao certo qual é o motivo, pois a participação nas oficinas sub-regionais foi bastante satisfatória. Letícia destacou também a dificuldade dos municípios em enxergar o conjunto, o regional, sendo que apareceram muito problemas de escopo municipal nas oficinas, por falta dessa identidade metropolitana. Em seguida, procedeu à apresentação das Funções Públicas de Interesse Comum presentes no Estatuto da Metrópole e salientou que o Conselho de Desenvolvimento da AUP determinou que todas as FPICs fossem tratadas no PDUI.

Patrícia acha necessário pensar numa estratégia junto às Câmaras Técnicas e o Comitê para sensibilizar os municípios para que eles levem as questões para o PDUI. Relatou a dificuldade de tratar de forma segregada o que a Agência trata de forma única. Letícia informou que tudo que foi tratado nesta reunião, será reportado às equipes dos outros PDUIs, para ver como vai ser feita a articulação em cada um dos PDUIs.

Marina sugeriu que fosse enviado um ofício para a Secretaria Executiva para formalizar a participação da Agência no PDUI e Patrícia acrescentou a possibilidade de se marcar uma reunião de coordenadores das Câmaras Técnicas para que a Emplasa faça uma apresentação sobre o PDUI. Eduardo mostrou onde se localizam, no site do Comitê, as minutas dos relatórios do Plano de Bacias em atualização e esclareceu que poderá disponibilizar a base de dados do Plano assim que ele for aprovado. Eduardo levantou ainda a questão da necessidade de integração do PDUI com o Plano Estadual de Recursos Hídricos.